

Representante do novo governo participará das próximas negociações

por Walter Diogo
do Rio

O governo brasileiro só apresentará sua primeira consulta aos bancos credores para a renegociação da dívida externa em setembro durante a reunião do Fundo Monetário Internacional nos Estados Unidos. A negociação, no entanto, só começará em novembro, devendo demorar até o mês de janeiro de 1985, quando será incluído um possível representante do novo governo. A informação é do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e foi dada ontem, no Rio, durante entrevista concedida após conferência que realizou na Escola de Guerra Naval (EGN).

O ministro da Fazenda confessou que estava perplexo com a quantidade de informações desencontradas sobre a renegociação da dívida externa e a inflação. Ele fez questão de esclarecer que o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, não vai negociar nada na viagem que fará aos Estados Unidos, nos próximos dias. Segundo o ministro, será apenas uma viagem para contatos com os banqueiros e o FMI.

INFLAÇÃO

Galvêas garantiu que a inflação não sofrerá expurgo neste mês e deu seu palpite: a taxa deverá ficar em 10,5%. Segundo o ministro, as pessoas que estão fazendo previsões de mais de 11% e falam até em 13% não "têm informações suficientes para falar sobre o assunto". O ministro acredita que a inflação está alta por causa da indexação da economia. Na sua opinião, como todos os ativos financeiros são reajustados mensalmente com base na taxa de inflação, não se consegue quebrar com rapidez a espiral inflacionária. Mas ele continua otimista e anunciou uma previsão: até o final do ano, a taxa acumulada será inferior a 200% e a mensal dos últimos dois meses deverá variar entre 5 e 7%. Embora reconheça que a correção monetária é que está realimentando a inflação, o

ministro explicou que o governo não pretende alterar mais nada na política econômica até março do próximo ano. "No governo Figueiredo, a política econômica não sofrerá mais nenhuma alteração. Vamos continuar executando a mesma orientação e apostando nos resultados a curto prazo", comentou.

O ministro Galvêas explicou também que o governo pensa em negociar com o banqueiros, em novembro, um programa plurianual em condições semelhantes às que estão sendo dadas ao México e à Argentina. Segundo Galvêas, esse programa plurianual não tem por objetivo "limitar ou constranger o governo que sucederá ao do presidente Figueiredo, pois o novo presidente terá toda a liberdade de mudar os acordos". O governo está pensando em um plano plurianual porque o México e a Argentina já estão conseguindo também esta vantagem, disse Galvêas.

CONDIÇÕES

"O México conseguiu discutir, recentemente, uma proposta que é um grande avanço: quinze anos para pagar a dívida, carência de cinco anos e um programa plurianual que dispensa esta discussão todo ano. Acho que também podemos chegar ao mesmo estágio de reivindicação, pois a economia brasileira mostra resultados que também entusiasma os banqueiros", afirmou.

O ministro Galvêas disse que os banqueiros não estão preocupados em adiar as negociações por causa da mudança de governo e até aceitariam definir o programa de pagamento da dívida de 1985 neste ano. No entanto, o governo brasileiro prefere esperar porque fica mais fácil discutir com a inflação em declínio, as reservas bem elevadas e sabendo-se quanto se vai precisar efetivamente para cobrir o déficit do balanço de pagamentos em 1985. Galvêas estima o déficit como algo entre US\$ 1 bilhão e US\$ 4 bilhões, dependendo do resultado da balança comercial neste ano.